

Uso da Linguagem Inclusiva no Trabalho Parlamentar

Os documentos informativos do ParlAmericas apresentam pesquisas comparativas, considerações sobre políticas e áreas de ação legislativa sobre temas de interesse para as e os parlamentares, com especial atenção aos parlamentos membros da região das Américas e do Caribe.

O que é a linguagem inclusiva?

A linguagem inclusiva se refere a formas de falar e escrever que reconhecem e destacam a diversidade das pessoas, especialmente daquelas que, historicamente, estiveram à margem das narrativas e discurso públicos, sem conseguirem exercer plenamente seus direitos humanos.

O uso da linguagem inclusiva contribui para a construção de sociedades mais pluralistas e igualitárias ao colocar em xeque estereótipos e preconceitos. Ela evidencia que o mundo é formado por pessoas com corpos, identidades e perspectivas diversos, todas igualmente merecedoras de reconhecimento e respeito.

Adotar uma linguagem que reflita essa diversidade não apenas ajuda a prevenir a discriminação, mas também reforça a proteção dos direitos humanos. Além disso, seu uso está em consonância com compromissos internacionais assumidos pelos Estados nas áreas de igualdade e não discriminação.

Podem existir diferentes perspectivas quanto à terminologia mais adequada em relação à linguagem inclusiva, e as boas práticas também podem mudar ao longo do tempo, refletindo a fluidez da linguagem e sua adaptação a novos aprendizados provenientes de comunidades historicamente sub-representadas. Desse modo, o objetivo desta ferramenta não é impor um modelo único, mas ampliar as possibilidades expressivas que garantam que todas as pessoas sejam vistas e incluídas.

Por que é importante prestar atenção à linguagem?

A linguagem não apenas descreve a realidade; ela também a molda, oferece novas formas de compreensão e influencia atitudes sociais e normas culturais. A maneira como nos referimos às pessoas pode afetar a forma como elas são vistas.

A linguagem é um instrumento vivo e em constante evolução. Expressões que antes eram amplamente aceitas podem ser consideradas ofensivas, inadequadas ou discriminatórias atualmente. Reconhecer o caráter dinâmico da linguagem é essencial para adaptar as práticas de comunicação de maneira contínua e consciente.

No contexto parlamentar, o uso de linguagem inclusiva com perspectiva interseccional¹ ajuda a fortalecer o princípio da representatividade, ao reconhecer que todos os grupos populacionais são

¹ Para mais informações sobre **interseccionalidade**, por favor acesse o seguinte [link](#).

impactados pelos resultados do trabalho legislativo. A precisão linguística também é fundamental para uma legislação eficaz, que possa ser corretamente interpretada de acordo com seu significado e intenção.

Linguagem inclusiva nos parlamentos

No trabalho parlamentar, a linguagem inclusiva pode ser uma ferramenta essencial para a construção de instituições mais representativas, legítimas e acessíveis. Reconhecer de forma respeitosa a diversidade social permite que os parlamentos reflitam a pluralidade de vozes e experiências da população em condições de igualdade.

Mais do que um instrumento de comunicação, a linguagem inclusiva cria oportunidades para a promoção de uma mudança cultural que estimule a consideração ativa de diferentes grupos populacionais no trabalho legislativo. Ainda que, isoladamente, essa prática possa não ser capaz de transformar estruturas de poder, seu uso contribui para apoiar e fortalecer mudanças institucionais e culturais mais amplas.

Ao afirmar os direitos de grupos historicamente marginalizados, tais como mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos indígenas e pessoas da comunidade LGBTQI+, os parlamentos promovem um discurso mais justo, representativo, respeitoso e alinhado aos princípios democráticos.

Além disso, a adoção da linguagem inclusiva pode aumentar a confiança pública, posicionando o parlamento como um espaço seguro e respeitoso que promove participação mais ampla e diversa. Por outro lado, o uso de uma linguagem excludente ou imprecisa pode resultar em ofensa, desconfiança ou sensação de exclusão, comprometendo o engajamento significativo da população.

Uma estratégia comum adotada em parlamentos da América Latina para promoverem o uso da linguagem inclusiva é a elaboração de manuais ou guias de referência voltados ao trabalho parlamentar. Esses recursos ajudam a estabelecer princípios gerais para uma comunicação não discriminatória, que reflita abertura institucional e representatividade. Exemplos desse tipo de documento podem ser encontrados nos parlamentos da [Argentina](#), [Chile](#), [Costa Rica](#) e [México](#).

Esses guias geralmente apresentam recomendações concretas sobre o que fazer e o que evitar tanto na comunicação escrita quanto na oral, além de explicarem por que determinadas expressões podem ser ofensivas ou discriminatórias. Na maioria dos casos, concentram-se em boas práticas de linguagem inclusiva no que tange ao gênero e à deficiência.

Em inglês, um material de referência relevante é o artigo [Legística: Linguagem Inclusiva com Perspectiva de Gênero](#), publicado pelo Departamento de Justiça do Canadá. O documento apresenta técnicas

recomendadas para a redação legislativa com linguagem inclusiva em relação ao gênero e oferece uma contextualização histórica sobre gênero na linguagem legislativa.

Linguagem inclusiva com perspectiva interseccional

A linguagem inclusiva requer a adoção de uma perspectiva [interseccional](#) que promova a transversalidade do gênero e reconheça e respeite múltiplas dimensões da diversidade humana, tais como deficiência, idade, origens étnicas e raciais, entre outros fatores identitários, contribuindo para um discurso mais justo, preciso e representativo.

A seguir, são apresentadas orientações para o uso da linguagem inclusiva no trabalho parlamentar. Essas orientações se concentram em alguns grupos populacionais historicamente sub-representados, sem abranger toda a variedade de identidades existentes. A aplicação dessas estratégias de forma isolada não garante uma comunicação totalmente inclusiva, mas oferece um ponto de partida e princípios gerais que podem ser aplicados ao se considerarem outras identidades diversas, tais como status migratório, nível educacional, posição socioeconômica etc.

Gênero

Na documentação parlamentar, é importante evitar o uso exclusivo da forma masculina ao referir-se a cargos, bem como ao mencionar de forma geral parlamentares ou outras pessoas envolvidas no trabalho parlamentar. Esse tipo de linguagem é, muitas vezes, um resquício de épocas em que as mulheres eram impedidas de participarem da vida pública, e, ao ser mantido, pode transmitir simbolicamente a ideia de que a presença masculina continua sendo a norma. Diversos estudos indicam que **o abandono dessa prática contribui para o enfrentamento da sub-representação das mulheres** e de pessoas com outras identidades de gênero.²



O uso de uma linguagem que incorpore a perspectiva de gênero, tanto no âmbito interno do parlamento quanto na legislação, transmite uma mensagem clara de inclusão, igualdade e respeito por todas as pessoas. Essa abordagem reconhece que a sociedade é composta por pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais diversas, muitas das quais, incluindo mulheres e pessoas da comunidade LGBTQI+, frequentemente são contempladas por uma linguagem genérica ou imprecisa.

Além disso, em contextos jurídicos e institucionais, a adoção da linguagem inclusiva de gênero tende a tornar a comunicação mais precisa, funcional e adequada, ao evitar referências excludentes ou ambíguas.

² Cheryan, Sapna e Hazel Rose Markus. “[Padrões Masculinos: Identificando e Atenuando Vieses Culturais Ocultos](#)”. *Psychology Review* Vol. 127, n.º 6, 2020, p. 1022-1052.

Essa abordagem está em consonância com marcos internacionais de direitos humanos, tais como a [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher](#) (CEDAW) e a [Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher](#) (Convenção de Belém do Pará).

Abaixo são apresentadas estratégias para a aplicação de linguagem inclusiva com perspectiva de gênero no trabalho parlamentar:

 O que evitar	 O que fazer
Estratégia 1: Utilizar descrições, títulos e outras palavras neutras em termos de gênero. Evite títulos que contenham marcação de masculino ou transmitam ideia de gênero.	
<ul style="list-style-type: none"> ● O responsável ● O candidato ● O Presidente ● Cada legislador deve entregar seu relatório até sexta. ● Um parlamentar deve representar seus eleitores de forma justa. ● Quando um senador vota, ele deve justificar sua decisão. ● Caso um senador queira ter a palavra, ele deve levantar a mão. ● Caso um membro precise se ausentar, ele deve avisar a secretaria antecipadamente. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A pessoa responsável ● A pessoa candidata ● A Presidência ● Cada legisladora e legislador (ou cada pessoa legisladora) deve entregar seu relatório até sexta. ● As e os parlamentares devem representar seu eleitorado de forma justa. ● Ao votarem, senadoras e senadores devem justificar sua decisão. ● A senadora ou senador que queira ter a palavra deve levantar a mão. ● Caso um membro precise se ausentar, ela ou ele deve avisar a secretaria antecipadamente.
Estratégia 2: Evitar o uso do masculino genérico ao referir-se a grupos mistos. Para evitar o masculino genérico na linguagem, substitua-o por termos neutros como "pessoas". Elimine o artigo ou pronome sempre que possível ou recorra a formas duplas como "todas e todos", "senhoras e senhores", "deputadas e deputados" etc.	
<ul style="list-style-type: none"> ● Prezados Senadores ● Pedimos a todos que ● Os parlamentares ● Os cidadãos ● Os imigrantes ● Os jovens ● Os brasileiros 	<ul style="list-style-type: none"> ● Prezadas Senadoras e Senadores ● Pedimos a todas e todos que ● As e os parlamentares ● As cidadãs e cidadãos/A cidadania ● As pessoas imigrantes ● A juventude ● A população idosa/ As pessoas idosas



Pessoas com deficiência

O uso de uma linguagem inadequada pode ser ofensivo, discriminatório e excludente, prejudicando a participação plena e genuína de pessoas com deficiência nos parlamentos. Em contrapartida, a linguagem inclusiva é um instrumento essencial para combater o *capacitismo*, uma perspectiva equivocada, tendenciosa e discriminatória baseada na crença de que pessoas sem deficiência são mais capazes, valiosas ou superiores.

O abandono de expressões que possam ser percebidas como ofensivas ou pejorativas em favor de uma linguagem respeitosa e centrada na pessoa contribui para a construção de parlamentos mais acessíveis, empáticos e representativos.

Essa abordagem está em consonância com instrumentos internacionais como a [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(CDPD\)](#) e a [Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência](#), que reconhecem o direito à igualdade e à não discriminação, promovendo o respeito à dignidade, à autonomia e à participação plena das pessoas com deficiência na sociedade.

Para aplicar a linguagem inclusiva ao referir-se a pessoas com deficiência, as [Nações Unidas](#) recomendam a observância dos seguintes princípios gerais:

 O que evitar	 O que fazer
<p>Princípio 1: Utilizar linguagem centrada na pessoa³</p> <p>Enfatize o indivíduo, mencionando a pessoa antes da deficiência. Não pluralize o nome da deficiência para se referir a um grupo de pessoas.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Disléticos • Cegos 	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com dislexia • Pessoas cegas/Pessoas com cegueira
<p>Princípio 2: Evitar rótulos e estereótipos</p> <p>Reconheça pessoas com deficiência como parte da diversidade humana. Evite infantilização e frases que impliquem excepcionalidade ou dependência.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas inerentemente vulneráveis • Inspirador(a)/Exemplo de superação • Corajosa(o)/Guerreira(o) • São como crianças • Dependente 	<p><i>Use descrições objetivas e apropriadas ao contexto, sem subestimar ou exagerar.</i></p>
<p>Princípio 3: Não utilizar eufemismos condescendentes</p> <p>Termos que buscam “atenuar” deficiências, mesmo quando bem-intencionados, podem ser imprecisos, gerar confusão ou ser percebidos como condescendentes, especialmente em contextos</p>	

³ Embora a linguagem centrada na pessoa seja a forma mais amplamente aceita de referir-se a pessoas com deficiência, não se trata da única abordagem recomendada ou aceita. Também existe uma perspectiva que favorece a [Linguagem Centrada na Identidade](#), a qual deve ser adotada caso seja a preferência de alguém.

normativos ou políticos.	
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoa com necessidades especiais • Pessoa portadora/vítima de deficiência • Excepcional • Deficiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoa com deficiência • Necessidades específicas
<p>Princípio 4: Deficiência não é doença e nem problema</p> <p>Evite se referir à deficiência sob uma perspectiva médica, de caridade ou como uma tragédia pessoal.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Sofrer ou ser afligido por uma deficiência • Vítima de paralisia infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Tem/possui uma deficiência • Pessoa com paralisia infantil

Recursos Adicionais:

- [Diretrizes de Linguagem Inclusiva para Pessoas com Deficiência](#) do escritório das Nações Unidas em Genebra
- [Diretrizes de Comunicação Parlamentar Inclusiva para Pessoas com Deficiência](#) da Associação Parlamentar da Commonwealth (CPA)

Povos Indígenas

O uso de uma linguagem que reconheça os povos indígenas na legislação pertinente, bem como a adoção de termos respeitosos e adequados ao referir-se às suas comunidades, é essencial para promover sua visibilidade e assegurar seus direitos coletivos. Essas práticas, em conformidade com a [Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#), expressam respeito pelo direito que esses povos têm de determinarem e manifestarem livremente sua própria identidade.

✗ O que evitar	✓ O que fazer
<p>Estratégia 1: Abordagem centrada na pessoa</p> <p>Utilize uma linguagem que respeite a identidade e a cultura das pessoas, evitando generalizações, estereótipos ou termos com conotações coloniais ou depreciativas.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Os índios/Os indígenas (sugere que as pessoas indígenas formam um grupo homogêneo) • Os Afrodescendentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades indígenas/ Povos indígenas • Pessoa afrodescendente <p><i>Sempre que possível, utilize o nome específico do povo, de acordo com a forma como ele se autoidentifica.</i></p>
<p>Estratégia 2: Evitar termos de apropriação ou posse</p> <p>Evite expressões que retratem os Povos Indígenas como pertencentes ao Estado ou como grupos</p>	

subordinados.	
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Nossos</u> povos indígenas • Os povos indígenas <u>do</u> Equador 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Os</u> povos indígenas • Povos indígenas <u>no</u> Equador



Recurso Adicional:

- [Povos Indígenas: Diretrizes de Linguagem](#), Universidade da Colúmbia Britânica.

Crianças, adolescentes, e pessoas idosas

Reconhecer todas as pessoas, independentemente da sua idade, contribui para a construção de sociedades mais inclusivas e respeitadas. Na comunicação, tanto oral quanto escrita, é importante referir-se às pessoas em diferentes etapas da vida de forma adequada e digna, evitando estereótipos, infantilização ou condescendência.

O uso de uma linguagem respeitosa também reforça os direitos previstos em tratados internacionais, como a [Convenção sobre os Direitos da Criança](#) e a [Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas](#).

 O que evitar	 O que fazer
<i>Estratégia 1: Evitar o “etarismo”</i> Evite descrições de pessoas ou de seu comportamento que reflitam preconceitos, estereótipos ou expressões discriminatórias com base na idade, quer seja em relação a pessoas mais jovens ou mais velhas. Use um adjetivo ou descrição alternativa para explicar com clareza o que deseja comunicar.	
<ul style="list-style-type: none"> • Comporta-se como criança/ Seu comportamento é infantil • Referir-se a alguém como “avó” ou “avô”, de forma a insultar ou reforçar estereótipos associados a pessoas idosas 	<ul style="list-style-type: none"> • É imatura(o)/Seu comportamento é inadequado para a situação • Utilizar uma linguagem respeitosa para comunicar o que deseja sem desvalorizar um grupo de pessoas
<i>Estratégia 2: Evitar eufemismos condescendentes</i> Evite usar termos que se refiram genericamente a grupos de pessoas mais jovens ou mais velhas que possam soar afetuosos, mas sejam imprecisos e percebidos como paternalistas ou discriminatórios. Prefira termos respeitosos e adequados ao contexto.	
<ul style="list-style-type: none"> • Pequenos • Menores • Avós ou avôs (como termos genéricos para se referir a pessoas ou grupos de 	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças • Jovens/ Adolescentes/ Pessoas com menos de 18 anos (quando houver necessidade de precisão legal)

Recurso Adicional:

- [Linguagem Inclusiva em Relação à Idade: Você a Utiliza em sua Escrita e Fala Cotidiana?](#), Instituto de Saúde Pública da Universidade de Washington em St. Louis.

Adoção da linguagem inclusiva no trabalho parlamentar

A seguir, apresentamos ações que os parlamentos podem adotar para promoverem o uso de linguagem inclusiva em suas funções legislativas e fiscalizatórias. Incluímos também recomendações alinhadas aos pilares do parlamento aberto, reconhecendo o papel tanto da transparência legislativa quanto da linguagem inclusiva no fortalecimento da representatividade e acessibilidade do parlamento.

O **parlamento aberto** é um modelo de gestão e inovação que busca aproximar os parlamentos da cidadania, ao mesmo tempo que fortalece funções parlamentares em prol da transparência e acesso à informação pública, da prestação de contas, da participação cidadã inclusiva e da ética e probidade.

Mais informações sobre parlamento aberto podem ser obtidas no [Roteiro para a Abertura Legislativa 2.0](#).

Legislação

- Ao redigir textos legislativos, utilize uma linguagem alinhada aos padrões internacionais de direitos humanos.
- Priorize formulações centradas na pessoa (por exemplo, “pessoa com deficiência”), salvo quando orientações resultantes de consultas no contexto nacional indicarem preferência por linguagem que coloque a identidade em primeiro plano.
- Adote técnicas de redação jurídica sensíveis ao gênero, evitando o uso desnecessário de pronomes de gênero ou a referência exclusiva ao masculino.
- Incorpore considerações sobre linguagem inclusiva em guias ou manuais para a elaboração de documentos legislativos.
- Encoraje a participação de diversas organizações especializadas (grupos de defesa dos direitos da mulher, organizações de pessoas com deficiência, povos indígenas, jovens etc.) no trabalho legislativo e em audiências públicas, visando à cocriação de propostas de linguagem inclusiva para leis específicas.

- Utilize linguagem inclusiva em comunicações legislativas, incluindo postagens em redes sociais, discursos e comunicados de imprensa.

Fiscalização

- Formule questionamentos e solicitações de informação empregando linguagem inclusiva que evite estereótipos ou vieses.
- Solicite dados desagregados por gênero, idade, deficiência, etnia ou outras características relevantes.
- Avalie se relatórios e políticas públicos utilizam linguagem respeitosa, clara e acessível.⁴⁴
- Aplique perspectiva de gênero e diversidade em audiências de fiscalização.
- Elabore relatórios de fiscalização em linguagem inclusiva e não discriminatória.
- Monitore o cumprimento de marcos internacionais de direitos humanos que promovam igualdade e não discriminação.

Parlamento Aberto

Participação Cidadã	<ul style="list-style-type: none"> • Utilize estratégias de linguagem inclusiva em chamadas públicas e espaços de diálogo, a fim de evitar a exclusão de grupos populacionais. • Assegure que formulários, publicações, convites, pesquisas e outros materiais relacionados sejam redigidos em linguagem inclusiva. • Ofereça treinamentos sobre linguagem inclusiva para funcionárias e funcionários legislativos envolvidos em processos de participação cidadã.
Transparência e Acesso à Informação Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Publique dados desagregados por gênero, idade, origem étnica e outras variáveis relevantes, • Garanta o uso de linguagem inclusiva em relatórios, gráficos, comunicados de imprensa e plataformas digitais, • Revise e atualize sites e redes sociais para assegurar o uso de linguagem inclusiva, clara e respeitosa para todas as pessoas.
Prestação de Contas	<ul style="list-style-type: none"> • Elabore documentos e materiais de prestação de contas utilizando linguagem clara, acessível e desprovida de vieses. • Inclua indicadores de monitoramento sobre o uso de linguagem inclusiva em relatórios de gestão, documentos de prestação de contas e autoavaliações institucionais. <p><i>Nota: Recomendamos a leitura do informativo “Linguagem Simples no Trabalho Parlamentar” do ParlAmericas.</i></p>
Ética e Probidade	<ul style="list-style-type: none"> • Inclua módulos sobre linguagem inclusiva em sessões de treinamento institucionais para pessoal parlamentar.

⁴⁴ Por favor, consulte a “Lista de Verificação para Uso de Linguagem Inclusiva” disponível no final deste documento.

-
- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">● Elabore guias de estilo internos que promovam linguagem respeitosa, precisa e não discriminatória.● Estabeleça protocolos como parte de códigos de ética, visando abordar o uso de linguagem discriminatória ou excludente por parte de pessoal parlamentar ou parlamentares.● Promova uma cultura organizacional respeitosa incorporando a linguagem inclusiva em comunicações internas (memorandos, e-mails, reuniões etc.). |
|--|--|
-

Lista de Verificação de Linguagem Inclusiva

Questionário		Sim	Não
1	São evitados estereótipos de gênero, como atribuir funções de cuidado às mulheres e papéis de provedor/protetor aos homens?		
2	O conteúdo evita sugerir a superioridade de um gênero específico?		
3	Caso sejam utilizadas imagens ou recursos visuais, eles incluem mulheres e grupos populacionais marginalizados?		
4	Quando mulheres aparecem em imagens ou recursos visuais, elas são retratadas em uma variedade de papéis além daqueles que lhes são tradicionalmente atribuídos?		
5	É utilizada linguagem sensível ao gênero, evitando o uso do masculino como forma padrão?		
6	Ao referir-se a pessoas com deficiência, utiliza-se linguagem centrada na pessoa (por exemplo, “pessoa com deficiência”) ou outra forma amplamente aceita (por exemplo, “pessoa deficiente”), conforme o contexto e preferência?		
7	São evitados rótulos e estereótipos ao tratar de deficiências?		
8	Evita linguagem condescendente ou eufemismos ao falar sobre deficiência?		
9	A deficiência é retratada de outra forma que não como doença, tragédia ou sofrimento?		
10	Ao falar de povos indígenas, é respeitada a forma como eles se autoidentificam?		
11	É evitada linguagem depreciativa ou que possa ser percebida como pejorativa ao se referir a pessoas indígenas?		
12	São evitadas expressões que transmitam a ideia de posse, como “ <u>nossos</u> povos indígenas”?		
13	Caso sejam utilizadas imagens ou recursos visuais, eles incluem pessoas indígenas ou afrodescendentes?		
14	São evitados estereótipos relacionados à idade, como “avó” ou “avô”?		
15	O termo “menores” é evitado em favor de “crianças e adolescentes” (ou a categoria legal ou demográfica apropriada)?		

Outros Recursos Sugeridos

- [Roteiro para a Abertura Legislativa 2.0](#), ParlAmericas, 2022
- [Legística: Linguagem Inclusiva com Perspectiva de Gênero](#), Sistema de Justiça do Canadá, 2024
- [Diretrizes de Comunicação Parlamentar Inclusiva para Pessoas com Deficiência](#), CPA, 2024
- [Linguagem Inclusiva em Relação à Idade: Você a Utiliza em sua Escrita e Fala Cotidiana?](#), Instituto de Saúde Pública, 2022
- [Diretrizes de Linguagem Inclusiva para Pessoas com Deficiência](#), ONU Genebra, 2021
- [Povos Indígenas: Diretrizes de Linguagem](#), Universidade da Colúmbia Britânica, 2024



A presente publicação, datada de novembro de 2025, foi possível graças ao generoso apoio do Governo do Canadá, por meio do seu Ministério de Relações Exteriores (Global Affairs Canada – GAC, sigla em inglês).